

# DIPLOMACIA E POLÍTICA EXTERNA EM MOÇAMBIQUE: O PRIMEIRO GOVERNO PÓS-INDEPENDÊNCIA – SAMORA MACHEL (1975-1986)

Ercilio Neves Brandão Langa<sup>1</sup>



## Introdução

Moçambique é um país localizado na África Austral, faz fronteira a norte com a Tanzânia, a noroeste com o Malawi, a oeste com a Zâmbia e o Zimbabwe, a sudoeste com a África do Sul e Suazilândia, sendo banhado pelo Oceano Índico a leste e sul. Foi colonizado por Portugal, cuja presença iniciou no século XV. Somente no final do século XIX ocorreu a ocupação efetiva do território. A independência de Moçambique aconteceu em 1975, sob liderança da FRELIMO (Frente de Libertação de Moçambique) e de Samora Machel, primeiro presidente de Moçambique independente. A FRELIMO resultou da união de três movimentos nacionalistas fundados no exterior: a União Democrática Nacional de Moçambique (UDENAMO) criada em 1960 em Salisbury, Rodésia; a *Mozambique African Nation Union* (MANU) formada em 1961 por moçambicanos trabalhadores na Tanzânia e no Quênia, a maioria da etnia *maconde*; e a União Nacional Africana de Moçambique Independente (UNAMI), criada no Malawi por moçambicanos lá exilados oriundos da província de Tete (Mondlane 1995).

Para compreender a atuação internacional do primeiro Governo de Moçambique independente (1976-1986), estabeleceu-se como questões: (i) quais foram as linhas de orientação da diplomacia e política externa de Moçambique durante o Governo Samora Machel? (ii) qual foi a atuação do

1 Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira. São Francisco do Conde, Brasil. E-mail: ercilio.langa@gmail.com. ORCID: <http://orcid.org/0000-0002-8537-0996>

Governo Samora Machel frente às conjunturas nacional, dominada pela guerra de desestabilização da RENAMO<sup>2</sup>, e regional, caracterizada por agressões do regime rodesiano e do *apartheid* da África do Sul?

Quanto aos aspectos metodológicos, utilizou-se o método qualitativo, aliado à revisão bibliográfica de obras, artigos, relatórios, dissertações e teses sobre as relações históricas e internacionais de Moçambique. Outra técnica utilizada foi a pesquisa documental na internet em sites oficiais do governo, bibliotecas virtuais, sites públicos e arquivos particulares e o acervo pessoal do autor sobre a temática. Tal acervo é constituído por reportagens televisivas, materiais de revistas e jornais, relatórios das instituições de ensino sobre o assunto.

Na política externa, Figueira (2011) defende que a estrutura internacional determina a atuação diplomática e que a política externa de um país seria resultado da dinâmica interativa entre os ambientes doméstico e internacional. Lopes e Nascimento (2011) argumentam que os fatores que condicionam a formulação da política externa de um país podem ser analisados conforme a lógica de círculos concêntricos: interno, regional e internacional que se interligam e influenciam mutuamente. No círculo interno, destacam-se a estabilidade econômica e política como fatores de sustentação de uma política externa vigorosa e empenhada. No nível regional distinguem-se as relações no âmbito de Estados vizinhos próximos e uma vizinhança mais alargada. O círculo internacional inclui as dinâmicas de participação em organizações internacionais, de natureza multilateral, bem como as relações com outros países, nomeadamente com potências internacionais e regionais (Lopes e Nascimento 2011).

Trilhando os pressupostos teórico-metodológicos supracitados, o artigo adotou a perspectiva dos círculos concêntricos, entendendo que na diplomacia e política externa dos países, os níveis interno, regional e internacional estão interligados e mutuamente dependentes. A política, a economia doméstica e o bem-estar dos moçambicanos dependiam do ambiente na região da África Austral e das relações com países vizinhos. As relações de Moçambique com seus vizinhos estavam diretamente ligadas à arena internacional, ao contexto da Guerra-Fria entre os Estados Unidos (EUA) e a União Soviética (URSS), aos blocos, rivalidades e disputas.

---

2 RENAMO é o acrônimo de Resistência Nacional Moçambicana, um movimento nacionalista fundado na Rodésia em 1976, que desenvolveu uma guerra contra o Governo da Frelimo e de Moçambique após a independência. O movimento dizia lutar contra o comunismo e a falta de liberdade em Moçambique.

A revisão bibliográfica enfatizou intervenientes da política externa de Moçambique como Mondlane (1995), nacionalista moçambicano, fundador e primeiro presidente da FRELIMO e, Jardim (1976), soldado português, empresário, diplomata e conselheiro de Estado que atuou em Moçambique durante vinte e dois anos, acérrimo defensor da colonização portuguesa. Os dois influenciaram a política externa no período colonial e pós-independência. Já Christie (1996), jornalista estrangeiro, cobria a luta dos movimentos nacionalistas africanos, tendo convivido com a FRELIMO, além de tornar-se o autor da primeira biografia sobre Samora Machel.

Nas Relações Internacionais, Abrahamsson e Nilsson (1994) analisaram a transição política em Moçambique de 1974 — independência, período socialista e guerra civil — avaliando o contexto internacional e regional da estratégia moçambicana e a interação entre fatores internos e externos. Verificou-se as abordagens de Zeca (2015), Castellano da Silva (2017) e Massangaie (2018).

Zeca (2015) abordou a gênese da política externa e da diplomacia de Moçambique com a FRELIMO, cujos objetivos eram angariar apoios à luta de libertação, a denúncia e o isolamento do regime colonial português no nível internacional em fóruns da ONU e Organização da Unidade Africana (OUA). Moçambique tinha dois opositores: o sistema capitalista ocidental e os governos minoritários brancos da região. A cooperação regional e a libertação de Estados vizinhos eram condições prévias para o desenvolvimento econômico e futuro de Moçambique (Zeca 2015).

Massangaie (2018) verificou a inserção de Moçambique na Comunidade para o Desenvolvimento da África Austral (SADC). Na guerra colonial, a FRELIMO estabeleceu relações de amizade com movimentos nacionalistas de países vizinhos — o movimento considerava que a independência de Moçambique só seria efetiva quando os outros países da região fossem livres da dominação colonial e dos regimes racistas —, sublinhando a importância de organizações regionais como os Estados da Linha da Frente (ELF) e a SADC.

A inserção internacional de Moçambique foi progressiva, iniciando na década de 1960 com os esforços do primeiro presidente da FRELIMO, Eduardo Mondlane. A política externa de Moçambique tinha como objetivos “criar mais amigos e poucos inimigos” no contexto de bipolaridade ideológica da Guerra Fria. A recusa de Portugal em acatar a resolução da ONU sobre a autodeterminação dos povos, o apoio que os portugueses recebiam da Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN) e o conflito ideológico da Guerra Fria influenciaram nas decisões de política externa tomadas pela FRELIMO. Por outro lado, as ameaças representadas pelos regimes sul-afri-

cano e rodesiano e a orientação político-econômica adotada pela FRELIMO após a independência, também tiveram influências na política externa do Governo de Moçambique independente (Massangaie 2018).

Castellano da Silva (2017) analisou o Estado, as elites e a política externa regional em Moçambique entre 1975 e 2015, verificando o contexto, as continuidades e mudanças, bem como a capacidade estatal e as relações entre Estado e sociedade. Distingue as elites, sua atuação na política externa e a política externa regional do Governo. Divide o Governo Samora Machel em dois períodos: 1975 a 1983 e 1983 a 1986. O momento de 1975 a 1988 corresponde à construção do Estado e da política externa do Governo Machel, no qual foi necessária a reformulação total do Estado, da economia e das relações com a sociedade, em busca de autonomia e desenvolvimento. A adoção do socialismo e a estrutura estatal baseada no marxismo-leninismo foram vistas como alternativas mais adequadas pela FRELIMO. As iniciativas de construção do Estado de Moçambique pela FRELIMO a partir de 1975 são avaliadas no âmbito da coerção, capital e legitimidade. O Governo de Machel, composto pela ala mais radical da FRELIMO, procurou reformar o Estado e se fortalecer por meio de medidas revolucionárias. A política regional de Moçambique foi derivada do complexo processo de construção do Estado, no qual as elites políticas buscaram concretizar seus próprios projetos políticos e responder às pressões domésticas e externas, conforme as capacidades estatais disponíveis (Castellano da Silva 2017).

## Guerra colonial e diplomacia

Esgotadas as vias diplomáticas, em 1964 a FRELIMO recorreu à luta armada como forma de libertar o território moçambicano da colonização portuguesa. Nos dez anos seguintes, o regime português desenvolveu uma guerra colonial contra a FRELIMO e o povo moçambicano, contando com o apoio logístico e militar da OTAN e de seus aliados naturais: Inglaterra, França e EUA. Portugal também contava com o apoio de seus aliados africanos: África do Sul do *apartheid*, Rodésia de Ian Smith e Malawi de Kamuzu Banda. A diplomacia da FRELIMO angariou apoio africano entre as nações vizinhas já independentes: Zâmbia, Tanzânia e Argélia. Também conseguiu apoios da URSS, da Alemanha Oriental e da China.

Em 1973, a crise do regime colonial português se agrava à medida que fica evidente sua incapacidade de vencer as guerras no ultramar. Em 25 de abril de 1974, o governo ditatorial em Portugal é deposto pela Revolução dos Cravos. Não restou alternativa ao Novo Governo Português senão nego-

ciar o fim da guerra com a FRELIMO. Meses após o 25 de Abril, o Governo Português enviou à Lusaka, capital da Zâmbia, uma delegação diplomática para encontro com a FRELIMO de Samora Machel, propondo um cessar-fogo, seguido de um referendo para a população de Moçambique decidir se queria a independência ou a continuidade da tutela portuguesa. Samora recusou veemente a proposta, intensificando a guerra.

Com a continuidade da guerra houve mudanças na diplomacia portuguesa com relação à África. As delegações do Governo Português e da FRELIMO se reuniram de novo na Zâmbia e, em 7 de Setembro de 1974, são assinados os Acordos de Lusaka entre Samora Machel e Mário Soares, pondo fim há dez anos guerra colonial entre Portugal e a FRELIMO. Os Acordos de Lusaka estabeleciam a transferência de poderes, um governo de transição e marcava a data da independência de Moçambique para 25 de junho de 1975. Essa foi a primeira grande vitória da diplomacia e política externa da FRELIMO, como observar-se-á nas seguintes seções.

## A diplomacia da FRELIMO

Durante a guerra colonial, a diplomacia da FRELIMO era bem articulada. Para informar aos moçambicanos os seus trabalhos e objetivos, assim como a situação vivenciada no país e a sua posição no cenário mundial, a FRELIMO contava com o Departamento de Informação, Publicidade e Propaganda (DIPP) que cooperava com o Departamento de Relações Exteriores (DRE) — encarregado das relações com governos e organizações estrangeiras, de manter o resto do mundo informado sobre Moçambique e da luta, de organizar a deslocação de seus representantes ao exterior, bem como participar de conferências e visitas a outros países explicando o que era o movimento e seus problemas (Mondlane 1995).

A FRELIMO manteve relações diplomáticas com países africanos, europeus e asiáticos; com as grandes potências mundiais polarizadas, os EUA, a URSS e a China, com países capitalistas e socialistas, como Noruega, Holanda, Suécia, Bulgária, Iugoslávia, Romênia, Vietnã, Coreia do Norte etc. Tinha escritórios ou delegações nas capitais de diferentes países, sendo as principais no Cairo, em Argel, em Lusaka e em Dar-Es-Salaam. Seus primeiros militantes receberam formação política e treinamento militar na Argélia, Zâmbia e Tanzânia, assim como na China e URSS que disputavam a hegemonia do mundo socialista.

Foi na Tanzânia que a FRELIMO estabeleceu sua principal base a partir de 1963, na qual se formou sua elite política e militar e bebeu da experiência socialista na perspectiva africana. Para além da base militar, ainda em 1963, a Frente edificou a sua Escola Secundária em Dar-Es-Salaam, capital do país, onde se formavam os seus quadros. Na província de Mtwara, a FRELIMO construiu um hospital como apoio fundamental à luta armada, no qual eram tratados os militantes feridos e mutilados na guerra e outras vítimas da colonização portuguesa. Na mesma localidade, criou um Centro Educacional onde estudavam os filhos dos combatentes. Em Dar-Es-Salaam também foi construído o Instituto Moçambicano, um elo de amizade com outros povos, recebendo delegações estrangeiras e onde funcionava o departamento de informação e propaganda. A formação político-militar, a experiência social e econômica, o socialismo africano e as aldeias *Ujamaa* vivenciadas na Tanzânia, serviriam de inspiração anos mais tarde e seriam testadas nas zonas libertadas pela FRELIMO e na sua política externa (Wache 2017).

Após a independência da Argélia em 1962, a FRELIMO contactou os dirigentes desse país, que ofereceram treinamento militar a duzentos e cinquenta jovens moçambicanos. Mais tarde, seus quadros foram formados na União Soviética, China, Alemanha Oriental e Cuba. A FRELIMO conseguiu apoio e solidariedade de distintos países; Zâmbia e Tanzânia foram seus principais parceiros militares durante a luta armada, fornecendo apoio logístico, político-militar, albergando bases e acolhendo seus guerrilheiros.

Em 1970, Marcelino dos Santos desloca-se ao Vaticano com a comitiva da FRELIMO onde são recebidos pelo Papa Paulo VI, simpático à causa dos movimentos independentistas<sup>3</sup>. Entretanto, desde 1940, a Igreja Católica tinha um acordo com o regime português e havia colaborado com este na colonização de Moçambique. Tal encontro revelava a política externa inteligente da FRELIMO de “fazer mais amigos e menos inimigos”, buscando apoio internacional, mesmo entre parceiros improváveis e amigos dos seus inimigos como o Vaticano e os EUA. A visita ao Vaticano representou uma vitória diplomática da FRELIMO e gerou descontentamento do Governo e sociedade portuguesas, levando a um esfriamento das relações tradicionais entre o Regime Colonial Português e a Igreja Católica (Christie 1996).

Apesar da inclinação socialista, Samora Machel e a FRELIMO optaram pelo não alinhamento no conflito bipolar, nem com os EUA, nem com a URSS e China — que disputavam hegemonia e influências do Bloco

3 A delegação era ainda composta por Agostinho Neto, representando o Movimento Popular para a Libertação de Angola e, Amílcar Cabral representando o Partido Africano para a Independência da Guiné e Cabo-Verde.

Socialista. Mesmo assim, conseguiu apoio financeiros do mundo capitalista e treinamento e armas do mundo socialista para os seus guerrilheiros. A FRELIMO obteve apoio econômico-financeiro de países europeus como a Holanda, Dinamarca, Suécia e Noruega que revelaram uma clara posição anticolonial e retiraram os investimentos que tinham em empreendimentos portugueses na África.

## O Acordo de Lusaka

A diplomacia da FRELIMO demonstrou resultados positivos nas negociações do Acordo de Lusaka com o Estado Português, que conduziram Moçambique à independência. O Acordo foi assinado na capital da Zâmbia, em 7 de setembro de 1974, mediado pelo presidente Kenneth Kaunda. No Acordo, o Estado Português reconhecia o direito do povo de Moçambique à independência, previa uma transferência de poderes até à data de independência, marcada para o dia 25 de junho de 1975, data do aniversário da fundação da FRELIMO. O Acordo criava um Governo de Transição e suas estruturas governativas — primeiro-ministro, ministros, secretários e subsecretários, corpo de polícia — liderados pela FRELIMO (Portugal 1974).

O Governo de Transição de Moçambique foi liderado por Joaquim Chissano e composto por moçambicanos e portugueses brancos. Ficou marcado pela saída de cerca de duzentos mil colonos portugueses em 1974, na sequência de dois episódios de violência após os Acordos de Lusaka. O primeiro, um levante de colonos portugueses que ocuparam algumas instituições públicas e o segundo resultante de confrontos entre comandos portugueses e guerrilheiros da FRELIMO que provocou motins sangrentos nos bairros de população negra, com assassinato de brancos e negros. Ainda que Samora tivesse assegurado que a FRELIMO nunca lutou contra o povo português, o Governo de Transição pouco fez para frear o êxodo português. Pelo contrário, via a presença de uma comunidade portuguesa numerosa um risco à estabilidade e uma possível ameaça ao poder da FRELIMO (Christie 1996).

No entendimento da FRELIMO, sua luta era contra o sistema colonial de opressão e exploração do homem pelo homem. Aqueles que vivessem do seu trabalho honesto teriam uma contribuição positiva a dar para a reconstrução do país, incluindo a população branca. Apesar do esforço para que a comunidade portuguesa ficasse para construir um país igualitário e justo, o êxodo de técnicos e quadros portugueses continuou porque o sistema colonial

havia reservado para eles a administração e gestão públicas e outros serviços com inúmeros privilégios (FRELIMO 1977; Machel 1979).

A saída dos portugueses provocou a paralisação de fábricas das indústrias têxtil, metalúrgica e química, e setores como educação, levando ao colapso de setores importantes. O Governo de Transição revelou falta de destreza na condução da diplomacia doméstica, utilizando mais suas forças policiais e militares, *hard power*, do que o seu poder de convencimento, *soft power*<sup>4</sup>. Já na arena internacional, a FRELIMO revelou-se competente e vitoriosa na sua política externa.

## Independência e o primeiro Governo de Moçambique: desafios internos

Em 25 de junho de 1975 foi proclamada a independência de Moçambique por Samora Machel e pela FRELIMO, que estavam alinhados com a maioria dos movimentos nacionalistas de orientação socialista da África Austral. Moçambique mudou de nome, passou a chamar-se República Popular de Moçambique (RPM), tendo a sua Constituição sido aprovada cinco dias antes da Independência, em 20 de junho. A Constituição afirmava o caráter popular do país, “um Estado de democracia popular e cujo poder pertencia a operários e camponeses”, sendo a República “orientada pela linha política definida pela Frelimo, a força dirigente do Estado e da sociedade” (Moçambique 1975, artigos 2º e 3º). Os líderes da FRELIMO tornam-se os dirigentes de Moçambique, em um sistema de partido único, no qual o Estado se confundia com o Partido.

Em 29 de junho de 1975, quatro dias após a independência, foi anunciado o primeiro Governo da RPM, tendo Samora Machel como Presidente da República (PR) e um Conselho de Ministros constituído por quinze ministérios sob a direção do PR. Todos os ministros eram membros seniores da FRELIMO e ocupavam simultaneamente pastas no Governo e no Partido, constituído por negros, brancos e mestiços.

---

4 Neste artigo compreende-se como *hard power* a utilização da força agressiva, forças armadas, poder bélico, serviços de inteligência e mesmo sanções econômicas pelos Estados para fazer valer os seus interesses na política externa ou na arena internacional. Já *soft power* refere-se à utilização do poder de convencimento com recurso a valores e questões de ordem ideológica, social, política, cultural e econômica, como formas brandas de poder na política externa e arena internacional.



Após a independência, a FRELIMO e Moçambique tiveram como principais desafios: (i) o êxodo de técnicos portugueses e a falta de quadros nacionais para as áreas técnicas, econômicas e sociais; (ii) as ameaças externas à segurança do país devido aos ataques dos regimes minoritários do *apartheid* sul-africano e rodesiano e hostilidades do Malawi e; (iii) a guerra de desestabilização da RENAMO. Em 24 de julho de 1975, Samora Machel nacionalizou os setores da educação, saúde, terra, empresas funerárias e serviços de advocacia, proibindo qualquer tipo de atividade privada nessas áreas. Ao nacionalizar a educação e saúde, Samora Machel atingiu o âmago da Igreja Católica estatizando escolas, lares estudantis e hospitais criados pela Igreja.

A 3 de fevereiro de 1976, oito meses depois, completou-se o ciclo com a nacionalização dos prédios de rendimento; proibiu-se o arrendamento privado da habitação, nacionalizou-se as grandes empresas no setor de transporte aéreo, terrestre e ferroviário, setor bancário e de seguros, setor industrial e fábricas. A nacionalização dos últimos três setores acabou com as expectativas de pequenos e médios investidores portugueses que haviam deixado o país, mas mantinha esperanças num possível regresso assim que a situação se acalmasse. As nacionalizações eram um pacote de medidas de estatização rumo à organização socialista e uma resposta aos anseios populares, constituindo as medidas mais aclamadas aos olhos do povo.

A FRELIMO viu nas nacionalizações mais um golpe desferido na estrutura do poder colonial burguês, atingindo a pequena burguesia moçambicana proprietária de milhares de pequenas habitações nos subúrbios das cidades (Cardoso 1978). Durante a administração colonial portuguesa, as autoridades tradicionais foram utilizadas como estrutura administrativa intermediária entre o Estado e as comunidades nativas. No nível interno, o Partido-Estado tentou acabar com determinados grupos e práticas sociais como a prostituição e a ociosidade, tidos como comportamentos inerentes ao capitalismo e colonialismo (Bissio 1978). Proibiu-se práticas culturais tradicionais, rituais de iniciação, cerimônias tradicionais de evocação dos espíritos ancestrais, o *lobolo* etc, vistas como retrógradas e contrárias à “construção do homem novo”, livre de preconceitos tradicionais e inspirados pelo saber científico, mediante campanhas de alfabetização e envio de jovens para cursar ensino médio e superior em países socialistas (FRELIMO 1977). Agiu do mesmo modo contra grupos religiosos como as Testemunhas de Jeová, autoridades tradicionais, régulos, sipaios, curandeiros e “reacionários”, acusando-os de terem colaborado com a administração colonial e representarem resquícios da colonização. Esses atores eram enviados para campos “de produção” e “de reeducação”, espalhados pelo país.

## A geopolítica regional

Liderados por Samora Machel, FRELIMO e Moçambique projetaram-se no mundo pelo seu internacionalismo, com uma política externa proativa e desafiadora em seus discursos na ONU, denunciando agressões dos regimes rodesiano de Ian Smith e do *apartheid* da África do Sul contra seu povo, afirmando a sua autodeterminação anti-imperialista e anticolonial. Moçambique anunciou sua solidariedade com as lutas dos povos da África do Sul, Rodésia, Sudoeste Africano<sup>5</sup>, Timor-Leste, República do Saara Ocidental e Palestina.

A política externa de Moçambique era anti-imperialista e antirracista. Com seu internacionalismo, Moçambique concedeu asilo político a militantes do ANC (Congresso Nacional Africano), a militantes da Frente Revolucionária de Timor-Leste Independente (FRETILIN) e outros cidadãos timorenses, oferecendo bolsas de estudo a seus estudantes, formação político-ideológica aos seus dirigentes e facilitou a abertura da Embaixada do país em Maputo. Foi um dos primeiros países a reconhecer a Organização para a Libertação da Palestina (OLP), facilitando a abertura da embaixada da República Árabe da Palestina em Maputo.

No início de março de 1976, o Governo de Samora Machel foi o primeiro no mundo a fazer valer as sanções da ONU aplicadas à Rodésia, fechando a fronteira com o país, em cumprimento da Resolução nº 216 de 12 de novembro de 1965 da ONU. Com a atitude, Moçambique desafiava o regime de Ian Smith e ao mesmo tempo sacrificava milhões de dólares anuais provenientes do comércio e trânsito de mercadorias pelo porto da Beira e via-férrea em direção à Rodésia. Mesmo sabendo dos impactos socioeconômicos negativos para a população e das retaliações de Ian Smith, Samora Machel não hesitou em fechar a fronteira impondo tal sacrifício ao povo moçambicano.

As relações com os governos da África do Sul e da Rodésia eram tensas por serem de regimes racistas de minorias brancas que defendiam o *apartheid*, sendo contrários a governos de maioria negra na região. Desde 1965, o regime da África do Sul se opunha à luta de libertação da FRELIMO contra a colonização portuguesa, tendo colaborado com o Regime Português, inclusive com o envio de tropas militares para atuar em território moçambicano contra os guerrilheiros da FRELIMO (Christie 1996; Jardim 1976).

A África do Sul travava guerra contra a FRELIMO por motivos clássicos: existiam convicções políticas no contexto da Guerra-Fria e na sua luta contra o avanço do comunismo na África Austral; para além disso, a África do Sul observava a independência de Moçambique e de Angola como uma

<sup>5</sup> Território correspondente à atual República da Namíbia.

ameaça à sua hegemonia regional e ao seu poder político, econômico e militar. Ademais, o papel das elites político-econômicas sul-africanas, de uma política doméstica desenfreada de fortalecimento da segurança, com a existência de um exército fortemente armado e sofisticado e o desenvolvimento de um programa nuclear militar eram condenados pelo regime moçambicano (Van Wyk 2014). Para FRELIMO, os regimes colonial português, o *apartheid* sul-africano e o regime da Rodésia do Sul representavam a continuidade da colonização branca e opressão a combater na África Austral.

Já o Malauí, país com o qual Moçambique partilha a fronteira noroeste, o lago Niassa e os rios Chire e Zambeze, era governado por Hastings Kamuzu Banda, que colaborava com os regimes colonial português, mantendo relações estreitas com os regimes do *apartheid* e da Rodésia. Banda tinha relações tensas com o Governo moçambicano, particularmente na região fronteiriça. O Malauí não possui acesso direto ao mar, sendo a sua única possibilidade por meio dos rios Chire e Zambeze, que desaguam no Oceano Índico, dentro da fronteira moçambicana<sup>6</sup>. O Malauí dependia do porto moçambicano de Nacala para abastecimento de seu território. A abertura à navegação dos rios Chire e Zambeze na parte moçambicana sempre foi um sonho de Banda, o que permitiria a construção do porto de Nsanje, no Malauí. Por conta de sua política externa pró-ocidental, a hostilidade de Banda em relação à FRELIMO e posteriormente ao Governo de Moçambique era de conhecimento público, desde a época colonial. Na luta colonial, a FRELIMO tentou usar o território malauiano como ponto de retaguarda. Contudo, Banda prendia militantes e guerrilheiros da FRELIMO que entravam no seu território e enviava-os às autoridades coloniais portuguesas, ao abrigo do acordo que Banda tinha assinado com Portugal, no qual, ajudaria na manutenção da situação colonial em Moçambique em troca da anexação territorial no *Mapa Marave*, desde que ele não apoiasse os nacionalistas da FRELIMO. Por outro lado, Banda acolheu desertores da FRELIMO e as organizações criadas por estes — o Comitê Revolucionário de Moçambique (COREMO) criado em 1965 e União Africana Nacional da Rombézia (UNAR), criada em 1968 em território malauiano — que possuíam escritórios no Malauí e cujas ações de provocações militares causaram o encerramento da frente militar da FRELIMO na província de Tete (Chambote 2015).

---

<sup>6</sup> Antiga Niassalândia, o Malauí é um território do *hinterland* de África Austral, encravado entre Moçambique, Zâmbia e Tanzânia, com um relevo acidentado e inúmeros lagos, não tendo acesso a costa marítima do Oceano Índico. Partilha com Moçambique uma fronteira terrestre e uma fronteira marítima com dois rios, Chire e Zambeze e o lago Niassa. Os rios Chire e Zambeze desaguam no Oceano Índico, em território moçambicano.

O “fator malauiano” representou, desde o início da luta armada, um entrave à política externa moçambicana e à FRELIMO. Por várias vezes, tentaram negociações com o país vizinho, sem sucesso. É no regresso de uma dessas negociações que resultou na morte de Samora Machel em 1986. Ainda assim, a participação do Malauí na desestabilização de Moçambique foi menor, se comparada às ações da África do Sul, Rodésia e do colonialismo português, pois nunca lançou um confronto aberto contra Moçambique.

## Falhas na diplomacia interna: o nascimento da RENAMO

Em 1976 tiveram início os ataques armados contra populações e infraestruturas socioeconômicas, classificados pela FRELIMO como ações de “bandidos armados”. Iniciados nas zonas rurais do centro do país, os ataques se multiplicaram e se alastraram para diferentes regiões, assim como a crueldade de seus perpetradores, liderados por André Matsangaíssa, um ex-integrante da FRELIMO. Matsangaíssa juntou-se à FRELIMO em 1972, sendo ex-membro das Forças Armadas de Moçambique punido por infrações e enviado a um campo de reeducação em Gorongosa, sua terra natal. Libertado durante um ataque das forças da Rodésia, ele foi levado para esse país e mais tarde é nomeado pelas forças rodesianas como líder do *Mozambique National Resistance* (MNR). Somente anos mais tarde o MNR irá adotar a nomenclatura em língua portuguesa de Resistência Nacional Moçambicana (RENAMO).

O MNR foi criado em 1975 na Rodésia, pelo exército rodesiano em resposta ao suporte dado pela FRELIMO aos nacionalistas rodesianos da União Nacional Africana do Zimbábue (ZANU, na sigla em inglês) e da União do Povo Africano do Zimbábue (ZAPU, na sigla em inglês), que lutavam pela independência de seu país a partir do centro de Moçambique, região na qual mantinham algumas bases e realizavam incursões em território rodesiano para a libertação do jugo colonial de Ian Smith. Em resposta, o exército rodesiano junto com dissidentes da FRELIMO e outros moçambicanos descontentes criaram o MNR que, recebeu treinos militares e passou a realizar ataques de guerrilhas em Moçambique a partir da Rodésia e sob seu patrocínio. O objetivo inicial das forças rodesianas era criar pequenos grupos na fronteira que impedissem as ações dos nacionalistas zimbabuanos a partir de Moçambique.

No início, Matsangaíssa especializou-se em atacar campos de reeducação, libertando os prisioneiros e recrutando-os para o seu grupo. Aos poucos, o grupo de Matsangaíssa realizou muitos levantes nas zonas rurais e

deu-se a conhecer somente mediante seu acrônimo em língua inglesa MNR. Quando iniciam as negociações para os Acordos de Lancaster House que resultaram na Independência da Rodésia, o MNR transferiu sua base em Phalaborwa na Rodésia para as matas e montanhas das províncias do centro de Moçambique, estabelecendo-a em Gorongosa, intensificando os ataques. Em 1979, Matsangaíssa morreu em combate durante um ataque à FRELIMO, sendo sucedido por Afonso Dhlakama.

Em 1980, após a independência da Rodésia, comandada pelo nacionalista e líder Robert Mugabe da ZANU-Frente Patriótica, o país foi rebatizado para Zimbábwe, e Mugabe torna-se seu primeiro presidente. Assim cessou o apoio da Rodésia ao MNR, que passou a ser realizado pelo regime sul-africano do *apartheid*. Com Dhlakama como presidente e líder da RENAMO, tal guerrilha ganhou dinâmica. Graças ao apoio logístico sul-africano em armas, combustível, alimentos, fardamentos e dinheiro, a guerrilha do MNR se alastrou por todo o território moçambicano, aumentando seu efetivo militar que, além de homens, incluía mulheres e crianças raptadas durante os seus ataques.

Samora Machel e a FRELIMO censuravam e silenciavam notícias dos ataques armados, proibindo qualquer menção ao movimento rebelde, chegando a prender jornalistas que reportassem ataques e notícias sobre o MNR. Samora recusou qualquer tipo de contato e negociações com a RENAMO, chamando-os de “bandidos armados”, “matsangaíssas” ou “matsangas”, expressões com que foram designados os guerrilheiros da RENAMO durante o período da guerra civil. Somente após uma década de guerra civil-militar, o MNR passou a ser conhecido como RENAMO.

No primeiro Governo de Moçambique, a FRELIMO herdou um sistema capitalista colonial falido, mas que por meio de uma combinação de populismo e sorte, em pouco tempo conseguiu se recuperar. Por outro lado, devido à forma de ocupação do espaço político pela FRELIMO, outros projetos nacionalistas foram excluídos e forçados a fazer causa comum com interesses que eram opostos à própria independência de Moçambique. Foi a partir dessa mistura explosiva de oportunismo marginalizado e nacionalismo conservador que a Rodésia, em primeiro momento, e a África do Sul, posteriormente, criaram e desencadearam a RENAMO (Darch 1992).

Samora e a FRELIMO falharam ao não reconhecer o estado de guerra e negociar com a RENAMO, porque a última teve a sua gênese fora do país, criada pelos serviços de inteligência rodesianos, uma estratégia outrora usada pelo exército britânico contra os *mau-mau* no Kenya para confundir as populações e dificultar o apoio ao movimento de libertação. Dessa forma, o MNR

passou a realizar missões de desestabilização em Moçambique, a mando e apoiada pela inteligência rodesiana. Mais tarde, com sua consolidação como movimento insurgente, o MNR, renomeado como RENAMO, com apoio das forças armadas sul-africanas, passou a ter autonomia crescente. No início, não era previsível que a RENAMO fosse levar a cabo uma guerra civil-militar tão destrutiva como a que desenvolveu na primeira metade da década de 1980, o que levou o Governo de Samora a assinar o Acordo de Incomati (Nkomati Accord, em inglês) com a África do Sul e não com a RENAMO.

## A Política Externa

Em 1970, a FRELIMO apoiou os guerrilheiros da ZANU em suas incursões na Rodésia a partir do território moçambicano, bem como ajudou o seu reconhecimento em países como Tanzânia e Zâmbia. Nesse momento, a FRELIMO já colaborava com o *African National Congress* (ANC) com o qual dividia treinos militares na Tanzânia. Samora chega à Tanzânia pela primeira vez, num voo fretado pelo ANC na companhia de Joe Slovo, membro do *South African Communist Party* (SACP) (Christie 1996).

Após a independência, em 1976, Moçambique e a FRELIMO receberam visitas de diversos representantes dos países africanos falantes da língua portuguesa, bem como as visitas dos chefes de Estado da Tanzânia, Julius Nyerere (1964-1985) e da Zâmbia, Kenneth Kaunda (1964-1991) para o estabelecimento e reforço de relações de amizade, ajuda mútua e cooperação. Em fevereiro de 1977, durante o III Congresso da FRELIMO, realizado em Maputo — no qual, pela primeira vez, os membros do Partido e representantes da sociedade encontravam-se em território libertado — a FRELIMO radicalizou-se, transformando-se em partido político único em Moçambique, de orientação marxista-leninista, propondo-se a organizar um Estado moderno e uma nova sociedade (FRELIMO 1977).

Nesse evento, pela primeira vez foi definida a Política Externa de Moçambique, que denunciava o imperialismo racista na África Austral, a política dos bantustões, as agressões aos povos do Sahara Ocidental, Timor-Leste, Zimbabwe, Namíbia e Angola, com os quais a FRELIMO se solidarizava. A FRELIMO reconheceu que as independências de Moçambique e Angola acentuaram a modificação da correlação de forças na África Austral com o fim da colonização portuguesa, e, pela primeira vez na região onde dominavam o imperialismo e o racismo na África, surgiam Estados que se engajaram pela via da revolução socialista. O Partido define os princípios e

linhas de orientação da política externa da República de Moçambique, dando prioridade ao estabelecimento de relações diplomáticas com os países amigos e aliados, estabelecendo relações diplomáticas com países africanos socialistas, asiáticos e europeus que os apoiaram.

Na sua política Externa, a República Popular de Moçambique aplica rigorosamente os princípios da linha política da Frelimo. Neste quadro, a República Popular de Moçambique que dá prioridade ao estabelecimento de relações diplomáticas com os países que sempre se engajaram ao nosso lado. Durante a Transição a Frelimo acordou estabelecer relações diplomáticas desde a proclamação da Independência com países africanos, países socialistas, asiáticos e europeus que sempre nos apoiaram. A República Popular de Moçambique estabeleceu e desenvolve relações de amizade e cooperação em todos os países na base dos princípios de respeito mútuo pela soberania e integridade territoriais, não ingerência nos assuntos internos e reciprocidade de benefícios (FRELIMO 1977, 81).

Após o Congresso, a política externa de Moçambique passou a enfatizar o não alinhamento, com uma nítida inclinação para o anti-imperialismo e para a necessidade da redução da dependência em relação à África do Sul (Zeca 2015). Em 1976, Moçambique fundou junto com Angola, Botswana, Tanzânia e Zâmbia, os Estados da Linha da Frente (ELF), uma organização regional incentivada pela OUA, com o objetivo de apoiar as resistências africanas diante da continuidade da colonização, combater as agressões dos regimes racistas e segregacionistas de minoria branca na região, isolar politicamente o regime da África do Sul, coordenando esforços para a libertação da Rodésia e do Sudoeste Africano.

Por causa da opção pelo socialismo de partido único e adesão ao marxismo-leninismo, Moçambique foi alvo de embargo internacional dos países capitalistas ocidentais, realidade que afetou a sociedade, a economia e as indústrias do país, conduzindo-o à pobreza extrema. Por outro lado, o contexto interno marcado pelo êxodo de técnicos portugueses, falta de quadros nacionais, desestabilização da RENAMO, ataques militares e bombardeios das forças sul-africanas e rodesianas, obrigaram os moçambicanos a sacrifícios.

A 8 de março de 1977, Samora Machel convocou os jovens de todo o país e fez um apelo para que contribuíssem com o seu saber e experiências na reconstrução e desenvolvimento de Moçambique. Aqueles que possuíam a 9<sup>a</sup>, 10<sup>a</sup> e 11<sup>a</sup> classes, últimos anos do ensino médio, deveriam sacrificar-se em prol dos desafios que o país enfrentava, sendo enviados para o Centro de Formação 8 de Março, para cursar diferentes áreas definidas pelo Partido-Es-

tado e “formação do homem novo”, desistindo de seus sonhos e vocações. De lá saíram enfermeiros, médicos, professores, militares, técnicos variados. Outros foram realizar cursos no exterior em países socialistas, particularmente na área militar para reforçar o exército e a defesa do país. Esses jovens ficaram conhecidos como a “Geração 8 de Março”. O apelo surtiu efeitos e demonstrou a capacidade de mobilização da FRELIMO no cenário doméstico, em meio às dificuldades e ambiente hostil.

Com a independência da Rodésia e sua transformação em Zimbábue em 1980, renovando os objetivos dos ELF e com a missão de libertação econômica da África Austral, em 1980, Moçambique, Angola, Botsuana, Tanzânia, Zâmbia e Zimbábue criaram a Conferência de Coordenação de Desenvolvimento da África Austral (SADCC, na sigla em inglês) antecessora da SADC, cujos objetivos eram a redução da dependência econômica dos países da região em relação à África do Sul e uma maior cooperação entre os membros para o equilíbrio econômico (Massangaie 2018; Langa e Sacavinda 2019).

Por conta da crise econômica no início da década de 1980, Moçambique tentou aderir ao *Council For Mutual Economic Assistance* (COMECON), organização de ajuda mútua entre países socialistas. No entanto, sua adesão ao Bloco foi vetada pelos soviéticos por conta da política de não alinhamento praticada por Moçambique, impedindo o acesso do país a empréstimos econômicos da Organização (Maloa 2016).

## Aproximação ao mundo capitalista

Com o veto na COMECON, houve uma reorientação da política externa de Moçambique, visando “fazer mais amigos e menos inimigos”, um princípio que orientava a FRELIMO desde a luta de libertação. Moçambique desenvolveu esforços para melhorar as relações diplomáticas com os países ocidentais que tinham interesses econômicos na África do Sul. Nesse contexto, em 1983, Samora fez uma visita oficial aos países mais importantes da Comunidade Econômica Europeia (CEE), incluindo Portugal.

Dois anos depois, em 1985, Samora visitou o mundo Ocidental e o coração do mundo capitalista, com dois encontros marcantes. Em 19 de setembro encontrou-se com o presidente Ronald Reagan na Casa Branca, numa tentativa de alinhar a economia de Moçambique ao mercado capitalista. O encontro foi importante, pois, nos meses seguintes os EUA reduziram o seu apoio ao regime sul-africano. O encontro entre Reagan e Machel teria



sido facilitado por Margareth Thatcher, em retribuição à mediação de Samora Machel nos Acordos de Lancaster House que levaram à independência do Zimbábue.

Dias depois, em 27 de setembro, Samora Machel encontrou-se com a Primeira-Ministra britânica Margaret Thatcher em Londres. Tal encontro pouco comum entre um comunista convicto e uma capitalista conservadora revelava a existência de contatos passados. Do outro lado da Europa, os soviéticos ficaram furiosos com a aproximação de Samora Machel ao mundo Ocidental. Logo depois, ocorreu um “acidente” nas minas de extração de gás natural de Pande, no sul de Moçambique, que queimou durante mais de uma semana, causando prejuízos econômicos incalculáveis ao país. A exploração de gás natural nas minas de Pande estava sob a responsabilidade de engenheiros e técnicos soviéticos; por isso, as autoridades moçambicanas encaravam tal “acidente” como retaliação de Moscou à visita de Samora ao coração do mundo Ocidental e a sua tentativa de manter Moçambique independente dos soviéticos.

A economia de Moçambique nunca dispôs de abundância de recursos fáceis disponíveis; sua importância estratégica para o bloco socialista era menor, o que deixava poucas alternativas de suporte financeiro e militar à ação da FRELIMO para impor-se estrategicamente na região e no seu próprio território. A proximidade geográfica com a África do Sul deixava o país vulnerável aos ataques. Por outro lado, a força institucional do Partido, incluindo o direcionamento político, era ofuscada pela do presidente. A formulação da política externa dependia das elites nos níveis mais altos ao redor do presidente. A política externa em Moçambique era caracterizada pela reduzida quantidade de *inputs* oficiais e não oficiais, num contexto em que o Ministério dos Negócios Estrangeiros executava mais do que formulava políticas (Castellano da Silva 2017).

## O Acordo de Incomáti

Com um produto interno bruto vinte e cinco vezes superior ao de Moçambique, a África do Sul era a potência hegemônica na África Austral, além de ser considerada um entrave para a libertação política e econômica na região. Os ataques terrestres e bombardeios a Moçambique e o apoio econômico e militar à RENAMO desestabilizavam o país, impedindo o desenvolvimento econômico, agrícola, além de sabotar o sistema elétrico com cortes constantes. “Moçambique não tinha um exército regular moderno e bem

equipado. A estrutura de guerrilha herdada dos dias da guerra pela independência surgia como inadequada face à grande infantaria e artilharia e um forte apoio aéreo” (Christie 1996, 157).

Esse cenário forçou o Governo de Samora Machel a reconhecer a superioridade econômica e militar da África do Sul e assinar um acordo de não agressão com o regime do *apartheid*. Em março de 1984, Samora Machel e P. W. Botha, Primeiro-Ministro da África do Sul, assinaram em Maputo, à beira do rio Incomáti (Nkomati), o “pacto de não agressão e boa vizinhança” conhecido como Acordo de Incomáti (Nkomati Accord, em inglês). No Acordo, Moçambique comprometeu-se a desativar as bases e escritórios do ANC em seu território e a África do Sul a acabar com o seu apoio logístico e militar à RENAMO.

O Acordo de Incomáti foi uma humilhação para Samora Machel e a FRELIMO, sendo interpretado como uma rendição pelos movimentos nacionalistas aliados dos países vizinhos. Particularmente, a maioria negra sul-africana ficou decepcionada com a FRELIMO, sentindo-se traída. Julius Nyerere e Kenneth Kaunda, chefes de Estado da Tanzânia e da Zâmbia respectivamente, se recusaram a participar da cerimônia por não concordarem com tal acordo, ainda que respeitassem a decisão de Samora Machel e da FRELIMO.

Poucos meses depois, percebeu-se que a África do Sul nunca deixou de fornecer apoio à RENAMO. Já Moçambique desativou as bases do ANC e o apoio logístico que fornecia. Ficou claro que Samora Machel foi enganado pelo regime do *apartheid* no Acordo de Incomáti. Em 19 de outubro de 1986, Samora Machel e mais trinta e três ocupantes de seu voo presidencial morreram num acidente aéreo quando o avião em que seguiam caiu na localidade sul-africana de Mbuzine. A comitiva moçambicana voltava de uma reunião da SADC na Zâmbia, cuja pauta eram as fortes relações do Malauí com o regime do *apartheid*. Samora e outros líderes da região tentavam convencer as autoridades do Malauí a abandonar tal postura, visto que aderiram à SADC em 1980<sup>7</sup>. A queda do avião presidencial foi considerada um atentado atribuído aos serviços secretos do *apartheid*, que teriam instalado um *Very High Frequency Omnidirectional Range* (VOR) falso. Ao invés de emitir sinais que indicavam o Aeroporto Internacional de Maputo, teria induzido o piloto para as montanhas de Mbuzine na África do Sul.

7 Um mês antes, em 11 de setembro de 1986, Samora Machel Chefe de Estado de Moçambique, Kenneth Kaunda Chefe de Estado da Zâmbia e Robert Mugabe Chefe de Estado do Zimbábue haviam se deslocado a Blantyre, no Malauí, para convencer Kamuzu Banda de que os interesses do povo malauiano não eram diferentes dos outros Estados-membros da SADC, bem como de que as atitudes irresponsáveis do Malauí poderiam ter consequências imprevisíveis (Chambote 2015).

## Conclusão

Na guerra de libertação, a FRELIMO conseguiu apoio de distintos países capitalistas e socialistas; optou por uma diplomacia cujo objetivo era “fazer mais amigos e menos inimigos”. Após a independência, Moçambique assumiu postura proativa, convencendo outros países da região a fundarem duas organizações regionais: os ELF e a SADCC, na tentativa de acabar com a colonização e diminuir a dependência econômica em relação à África do Sul. Tais ações demonstraram capacidade de cooperação e convencimento regional e internacional, bem como uma performance do *soft power* da política externa do primeiro Governo de Moçambique. Na África Austral, Moçambique foi uma pequena potência, sem capacidade de manter sua própria segurança. Ainda assim, destacou-se pela liderança regional contra a colonização e o *apartheid*. Tentou influenciar o cenário regional com engajamento notório, apoiando as lutas dos movimentos nacionalistas de países vizinhos. Na arena internacional, optou pelo não alinhamento, destacando-se pelo internacionalismo, ativismo e solidariedade.

Teve que enfrentar sozinha e simultaneamente a guerra de desestabilização da RENAMO, as agressões externas sul-africanas, rodesianas e malauianas. Moçambique viu-se fragilizado, não dispondo de recursos técnicos, humanos, econômicos, materiais nem militares para proteger suas fronteiras e espaço aéreo, sem capacidade de *hard power*, adotando, assim, uma postura defensiva. A situação insustentável levou Moçambique a reconhecer a superioridade inimiga e assinar o Acordo de Incomáti. A gênese e o apoio externo à RENAMO impediram Samora Machel de reconhecer a existência de apoio interno aos rebeldes e seu caráter nacionalista, subestimando-a e rejeitando qualquer tipo de negociação para pôr fim à guerra. No primeiro momento, a RENAMO foi um instrumento do regime rodesiano; no segundo, passou a integrar a estratégia sul-africana. Quaisquer negociações com a RENAMO tinham que ser canceladas pela África do Sul.

## Referências

- Abrahamsson, Hans e Nilsson, Anders. 1994. *Moçambique em Transição: um estudo da história de desenvolvimento durante o período 1974-1992*. 1ª ed. Tradução de Dulce Leiria. Maputo: Padrigu, CEEI-ISRI.
- Bissio, Beatriz. 1978. *Samora Machel: a revolução é irreversível*. Entrevista Especial. *Cadernos do Terceiro Mundo*, ano 1, n. 2, fev./mar.: 9-17.

- Cardoso, Carlos. 1978. "Moçambique: três anos de independência." *CADERNOS DO TERCEIRO MUNDO*, ano I, n. 6, ago.: 47-51.
- Castellano da Silva, Igor. 2017. *Política externa da África Austral: guerra, construção de estado e ordem regional (África do Sul, Angola, Moçambique, Zimbábue e Namíbia)*. 1ª ed. Porto Alegre: CEBRAFRICA-UFRGS.
- Chambote, Raul. 2015. "A controvérsia sobre a navegação nos rios Zambeze e Chire nas relações diplomáticas entre Moçambique e o Malauí". In *Desafios para Moçambique, 2015*, organizado por Brito, Luís de et al. 419-443. Maputo: IESE, Marimbique.
- Christie, Iain. 1996. *Samora: uma biografia*. Tradução de Machado da Graça. Maputo: Ndjira.
- Darch, Colin. 1992. "A guerra e as mudanças sociais recentes em Moçambique (1986-1992): cenários para o futuro." *Estudos Afro-Asiáticos*, n. 23, dez: 213-227.
- Figueira, Ariane. 2011. *Introdução à Análise de Política Externa*, vol. 1. São Paulo: Saraiva.
- Frelimo (Partido). 1977. *Relatório do Comitê Central ao 3º Congresso. Documentos do 3º Congresso*. Samora Machel. Frelimo: o partido e as classes trabalhadoras moçambicanas na edificação da democracia popular. Maputo: Departamento do Trabalho Ideológico da Frelimo: 164.
- Jardim, Jorge. 1976. *Moçambique: terra queimada*. Lisboa: Editorial Intervenção.
- Langa, Ercílio e Sacavinda, Paula. 2019. "SADC: análise do contexto histórico e político (1970-1992)." *Tensões Mundiais*, v. 15, n. 29: 143-164.
- Lopes, Paula e Nascimento, Daniela. 2011. "República Federal da Nigéria." In *Política Externa: as Relações Internacionais em Mudança*, coordenado por Freire, Raquel. 287-312. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra.
- Machel, Samora. 1979. *Estabelecer o poder popular para servir às massas*. Rio de Janeiro: Codecri.
- Maloa, Tomé. 2016. "História da Economia Socialista Moçambicana". Dissertação de Mestrado. Universidade de São Paulo.
- Massangaie, Arnaldo. 2018. "Moçambique no Processo de Integração na Comunidade para o Desenvolvimento da África Austral (SADC)." *Revista Brasileira de Estudos Africanos*, Porto Alegre, v. 3, n. 6, jul./dez. p. 23-55.

- Moçambique. Constituição. 1975. *Constituição da República Popular de Moçambique de 20 de Junho de 1975*. Maputo, 20 de Junho de 1975. Aprovada pelo Comitê Central da Frente de Libertação de Moçambique, que entra em vigor as zero hora do dia 25 de junho de 1975.
- Mondlane, Eduardo. 1995. *Lutar por Moçambique*. 1ª ed. moçambicana. Maputo: Coleção Nosso Chão.
- Portugal. 1974. *Acordo de Lusaka*. Diário do Governo. I Série, n. 210, de 9 de Setembro de 1974. Aprovado, depois de ouvidos a Junta de Salvação Nacional, o Conselho de Estado e o Governo Provisório, nos termos do artigo 3.º da Lei n.º 7/74, de 27 de Julho. 9 de Setembro de 1974. Universidade de Coimbra. <http://www1.ci.uc.pt/cd25a/wikka.php?wakka=descono6>. Acesso em 29 abr. 2020.
- Van Wyk, Jo-Ansie. 2014. “O Programa Nuclear da África do Sul do Apartheid e seu Impacto na África Austral.” *Austral: Revista Brasileira de Estratégia & Relações Internacionais*. Traduzido por Ana Paulo Calich, v. 3, n. 6, jul./dez.: 117-139.
- Wache, Paulo. 2017. “Política Externa da Tanzânia: combinando interesses regionais na África Oriental e Austral.” *Revista Chilena de Relaciones Internacionales*. v. I, n. 2, jul./Dic: 59-85.
- Zeca, Emílio. 2015. “Notas sobre Política Externa e Diplomacia de Moçambique: princípios, objetivos e mecanismos de implementação.” *Revista Científica do ISCTAC*. v. 2, n. 05, ano II, jul./set.: 40-52.

## RESUMO

O artigo analisa a diplomacia e a política externa no primeiro Governo independente de Moçambique. Na análise teórica, movimentou-se a perspectiva dos círculos concêntricos, vendo as dimensões interna, regional e internacional como interligadas e mutuamente influenciadas. Como metodologia utilizou-se o recurso do levantamento bibliográfico e da pesquisa documental. No nível interno, avaliou-se a atuação do Governo Samora Machel na construção do Estado-nação e as respostas aos conflitos domésticos. No nível regional, verificou-se as relações de Moçambique com países fronteiriços. Por último, observou-se a política externa do Estado no continente e sua atuação internacional. O Governo Samora adotou uma política nacionalista e marxista-leninista definida pelo partido-Estado; o país vivenciava ataques armados da RENAMO, que se transformaram em guerra civil-militar. Na África Austral, Moçambique foi um Estado da Linha da Frente (ELF) e fundador da SADC, solidarizando-se com os povos vizinhos, apoiando política e militarmente seus movimentos nacionalistas africanos na luta contra a dominação branca. Na arena internacional, o Estado optou pelo não alinhamento e desenvolveu o ativismo internacional contra a colonização e *apartheid*. A diplomacia e política externa moçambicana mostraram-se

proativas na região e, internacionalmente, conseguiram movimentar o seu *soft power*. Entretanto, o Governo enfrentou dificuldades internas, com fracassos político-econômicos devido à desestabilização sistemática promovida pelos vizinhos África do Sul e Rodésia do Sul, bem como se recusou a reconhecer o estado de guerra e negociar com a RENAMO, tida como prolongamento dos regimes minoritários da região.

## **PALAVRAS-CHAVE**

Moçambique. Relações Internacionais. Samora Machel. Governo.

*Recebido em 17 de junho de 2020*

*Aceito em 12 de fevereiro de 2021*